

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 104

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 23 DE AGOSTO DE 1999

ANO XXV

## Mesa Diretora

**ANIBAL KHURY**

Presidente - PFL

**NELSON JUSTUS**

1º Vice-Presidente - PTB

**CAÍTO QUINTANA**

2º Vice-Presidente - PMDB

**NELSON GARCIA**

3º Vice-Presidente - PFL

**HERMAS BRANDÃO**

1º Secretário - PTB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Secretário - PPB

**RENATO GAUCHO**

3º Secretário - PSDB

**ÂNGELO VANHONI**

4º Secretário - PT

**LUIZ CARLOS ZUK**

5º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Péricles de Holleben Mello</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>José Maria Ferreira</i>
<i>PL</i> .....	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PSB</i> .....	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSC</i> .....	<i>Chico Noroeste</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Edno Guimarães</i>

## Representação Partidária

*PFL - 10 - Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marcos Isfer (licenciado) - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PPB - 06: Divanir Braz Palma - Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Antonio Carlos Baratter - Augustinho Zucchi - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva (Litro) - Renato Gaucho - Serafina Carrilho; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PL - 01: Pastor Edson Praczyk; PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PSC - 02 - Chico Noroeste - Miltinho Puppio; PSL - 02: Edno Guimarães - Geraldo Cartário; SEM PARTIDO: Neivo Beraldin.*

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA SESSÃO SOLENE  
EM COMEMORAÇÃO AOS  
20 ANOS DE ANISTIA POLÍTICA  
NO BRASIL, REALIZADA EM  
23 DE AGOSTO DE 1999**

*(segunda-feira)*

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Augustinho Zucchi e Pastor Edson Praczyk.

Às dezessete horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Nelson Justus, Caíto Quintana, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Lino Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi, ainda presentes inúmeras autoridades civis, militares, eclesiásticas, do Corpo Consular e demais convidados.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Sob a proteção de Deus, declaro aberta a

**SESSÃO SOLENE.**

Em comemoração aos 20 Anos de Anistia Política no Brasil.

Suspendo a sessão por cinco minutos para que possamos receber as autoridades. Designo os Deputados: Caíto Quintana, Strapasson, Luiz Carlos Zuk, para acompanharem as autoridades até a Mesa.

Está reaberta a Sessão.

O Senhor Primeiro Secretário anunciará a composição da Mesa.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Augustinho Zucchi**)

Excelentíssimo Senhor Deputado Anibal Khury, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; Excelentíssimo Senhor Jaime Lerner, Governador do Estado do Paraná; Excelentíssimo Senhor José Tavares, Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania; Excelentíssimo Senhor Moacir Micheletto, Representante da Câmara Federal; Excelentíssima Senhora Juíza Rosemarie Diedrichs Pimpão, Representante da Excelentíssima Senhora Adriana Nucci Paes, Juíza Presidente do Tribunal Regional do Trabalho; Excelentíssimo Senhor Vereador Paulo Salamuni, Representante do Presidente da Câmara Municipal de Curitiba; Excelentíssimo Senhor José Carlos Gomes de Carvalho Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná; Excelentíssimo Senhor Deputado Augustinho Zucchi, 1º Secretário da Assembléia Legislativa; Excelentíssimo Senhor Deputado Pastor Edson Praczyk, 2º Secretário da Assembléia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Ouviremos agora o Hino Nacional Brasileiro que será executado pela Banda da Polícia Militar.

Concedo a palavra ao Deputado Caíto Quintana, 2º vice-Presidente desta Casa, falando em nome das Oposições.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Excelentíssimo Senhor Deputado Anibal Khury, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; Excelentíssimo Senhor Jaime Lerner, Governador do Estado do Paraná; Excelentíssimo Senhor José Tavares, Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania; Excelentíssimo Senhor Moacir Micheletto, Excelentíssima Senhora Juíza Rosemarie Diedrichs Pimpão, Representante da Excelentíssima Senhora Adriana Nucci Paes, Juíza Presidente do Tribunal Regional do Trabalho; Excelentíssimo Senhor Vereador Paulo Salamuni, Representante do Presidente da Câmara Municipal de Curitiba; Excelentíssimo Senhor José Carlos Gomes de Carvalho, Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná; Excelentíssimo Senhor Deputado Augustinho Zucchi, 1º Secretário da Assembléia Legislativa e Excelentíssimo Senhor Deputado Pastor Edson Praczyk, 2º Secretário da Assembléia Legislativa, Senhores, Senhoras, Deputados aqui presentes.

(Lê):

“Há 20 anos, pela 14ª vez neste século, decretava-se mais uma anistia política no Brasil. Já rompemos o século com uma anistia, a de Prudente de Moraes, reincorporando à vida política do país os revolucionários de 1894.

A anistia política, na verdade é uma tradição brasileira. A tradição da reconciliação, do perdão, do esquecimento tanto de torturados quanto de torturadores. Foi assim desde a nossa independência. Depois dos conflitos, da exarcebção das divergências, da quebra da normalidade democrática, o reencontro da Nação.

O período histórico em que mais anos se passaram para que houvesse esse reencontro foi exatamente aquele que começa a ser enterrado com a anistia cujo vigésimo aniversário comemoramos hoje.

Do golpe de 1964 à anistia de agosto de 1979, foram 15 anos de um país dilacerado, em conflito, reprimido, com um governo impondo-se ditatorialmente à Nação.

Quinze anos de ditadura, 15 anos de resistência. Entre as bandeiras mais caras aos que não se deixaram dobrar pela repressão inscrevia-se a anistia, ampla, geral e irrestrita.

Orgulho-me de pertencer ao partido que primeiro incluiu em seu programa a luta pela anistia. Em 1972, no aceso da repressão, da censura, das cassações de mandatos, e quando a tortura era prática comum, o MDB registrava em seu programa a luta pela anistia, ao lado da luta pela constituinte soberana e pelas eleições livres e diretas.

Movia os emedebistas a certeza de que não existem noites eternas; que, por mais tenebrosa que seja a realidade, é impossível manter a escuridão pelo tempo todo. Um dos maiores enganos - trágico engano - das ditaduras e também das democracias que lutam por impor modo único de pensar, é imaginar-se eternas, indestrutíveis.

Dos primeiros e ousados discursos pela anistia à promulgação da Lei, foram-se anos de uma luta dura, perigosa e corajosa. Luta que reuniu em uma só frente os mais diversos e até mesmos divergentes setores da sociedade brasileira.

Nessa ampla e destemida frente não faltaram as mulheres. Na verdade elas foram as primeiras a desafiar a repressão e a agitar na rua a palavra de ordem da anistia. Citemos aqui e saudemos Terezinha Zerbini e o "Movimento Feminino pela Anistia", o primeiro movimento organizado pela anistia, no país.

Nesta ampla e generosa frente não faltaram os religiosos, desde o primeiro momento na linha de frente. Citemos e saudemos aqui Dom Paulo Evaristo Arns, Dom Helder Camara e o Reverendo Jaime Wright, de saudosa memória.

Nesta ampla e corajosa frente não faltou a mocidade reunida nos centros acadêmicos, nos grêmios e em torno das então clandestinas entidades estudantis como a UNE e a UBES, fazendo ecoar por todo o país o grito forte pela democracia e pela anistia.

Nesta ampla e desassomburada frente não faltaram juristas e advogados como Raimundo Faoro, Seabra Fagundes, Josaphat Marinho; jornalistas como Barbosa Lima Sobrinho, Carlos Heitor Cony, Mino Carta, Zuenir Ventura, Raimundo Pereira; e brasileiros do destemor de um Oscar Niemayer, eram a OAB, a ABI, o Instituto dos Arquitetos desafiando a repressão e incorporando-se à luta.

Nesta ampla e memorável frente não faltaram os trabalhadores que, junto com suas bandeiras por melhores salários e defesa do emprego incluíram a anistia como reivindicação da classe. Citemos e saudemos aqui os metalúrgicos do ABC, símbolos dessa adesão à bandeira.

Eram as vozes fortes da resistência a clamar por aqueles impedidos de falar, os presos, os exilados, os banidos e aqueles que resistiam nas trincheiras da luta clandestina. Era o Brasil a lutar e a sonhar com a volta do irmão do Henfil e de todos aqueles que partiram em um rabo de foguete.

A luta pela anistia era indissociável da luta contra a ditadura, pela convocação da Constituinte e pelo restabelecimento das eleições livres e diretas, e reafirmaram-se políticos do porte de Ulisses, Teotônio e Tancredo.

E assim foi.

A anistia, aprovada pelo Congresso nacional em 18 de agosto e promulgada no dia 28 de agosto, marca o início do fim do regime militar. Anistia não foi uma concessão do regime. Não foi um pedido de perdão à ditadura militar. Muito pelo contrário, ela é o resultado da pressão popular, como já fora anos antes o enterro do AI-5, fonte de vida da ditadura.

Esaziadas as prisões, de volta os exilados e banidos, restabelecidos os direitos políticos, recuperada a liberdade de organização, rompida a mordada da censura, o país começava a reencontrar-se.

No entanto, por mais ampla, geral e irrestrita que acabou sendo a anistia de 1979, uma página desta história não foi ainda virada e dela não devemos nos esquecer, jamais. É a página, a triste e terrível página onde se relacionam os desaparecidos políticos, centenas de brasileiros que a repressão do regime militar prendeu e executou clandestinamente, consumindo com os corpos.

Nestas comemorações dos 20 anos da anistia, na celebração da vitória sobre o arbítrio, na alegria do reencontro do Brasil com a democracia, que se registre, e fortemente, a dor daqueles que, provavelmente, jamais terão consolo de, pelo menos, reverenciar os restos mortais de seus entes queridos.

A relembração dessa dor é para que nos retemperemos com a decisão de nunca mais permitir que o arbítrio volte a desgraçar o país.

E quando falamos em arbítrio, não imaginemos apenas em sua forma clássica, as clássicas dita-

duras, os regimes de exceção. Isso é passado, uma forma caindo em desuso. Hoje, o arbítrio, as exceções às democracias, as burlas à legalidade, os desrespeitos às normas e procedimentos dão-se de forma mais sutil e protegem-se até mesmo pelos trâmites ditos democráticos, pelo voto, pelas maiorias circunstanciais, tornadas maiorias pelos favores, pelas concessões e benesses, pelo jogo do “toma lá, dá cá”, pelo silêncio conveniente e conivente da mídia, que tem nos governos generosos e exigentes clientes.

Acautelemo-nos, que a história é inexorável, como a data que hoje comemoramos.

Senhores Deputados, autoridades e para-uaenses presentes.

Como me referi no início desta fala, a anistia de 1979 foi a décima quarta anistia política no Brasil, neste século que se encerra. Foram anistias de todos os tipos, contemplando os mais diversos conflitos políticos. Os governos que se sucederam ao logo desses 100 anos, trataram sempre de usá-la para restabelecer pactos que permitissem a governabilidade, para usar uma palavra da moda. A bem da verdade, as tantas anistias havidas no país nunca representaram uma ruptura com o estado estabelecido das coisas, pelo contrário, a anistia acontece para a manutenção do estado estabelecido das coisas.

Assim também foi a anistia de 1979.

E, desta forma, mais uma vez, postergamos a grande anistia que o país deve ao seu povo, há tantos séculos.

Falo não apenas da anistia política, com a restituição dos direitos da cidadania, com as aberturas das prisões, com o fim das torturas, com a volta do exílio, com o cessar das perseguições, cassações e processos. Falo, isso sim, da anistia social. Também ampla, também geral e também irrestrita.

Uma anistia que liberte o nosso povo da prisão da miséria, da tortura da exclusão, do exílio do desemprego, da perseguição das doenças, da censura do analfabetismo, da cassação do direito de ser gente, de ser feliz, de viver com dignidade.

É essa anistia que devemos ao país. E se não a fizermos no mais breve tempo possível, é provável que venhamos a lamentar uma outra ditadura, feita por aqueles que, diante do desemprego do povo só conhecem o instrumento da repressão. Ou, então, venhamos a lamentar a ressurreição perigosa dos demagogos para-fascistas.

Não é mais possível mentir ou esconder. Não é mais possível fugir da realidade, escamoteá-la ou diminuí-la. Ela está aí a nossa frente berrando, gritando com todas as forças que 45 milhões de brasileiros situam-se hoje abaixo da chamada linha da miséria.

São 45 milhões de brasileiros que nada têm, que nada esperam a não ser o suceder aterrador dos dias, dos meses, dos anos. Um exército impressionante de esfaimados, desesperançados, hoje absolutamente às margens das estatísticas e das preocupações dos feitores da política econômica, porque não consomem, não produzem, não geram fatos econômicos, estão fora do mercado, não compram dólares e nem investem nas bolsas.

Somam-se a esses excluídos os tantos milhões de desempregados que o modelo neo-liberal do “fernando-henriquismo” imposto ao país produziu. Desempregados pela abertura econômica afoita e irresponsável, que quebrou a indústria nacional e arrasou com a agropecuária. Desempregados pela destruição implacável das micros, pequenas e médias empresas, sufocadas pelos juros e estranguladas pela falta de créditos e subsídios.

Somam-se aos excluídos, aos desempregados, aos empresários urbanos e produtores rurais o drama das classes médias, urbanas e rurais. Tanto na cidade quanto no campo, as classes intermediárias brasileiras enfrentam hoje um empobrecimento gradativo e inexorável. Cada vez mais elas renunciam aos cuidados com a saúde, a educação dos filhos, a busca da moradia própria, o consumo e o lazer. Cada vez mais cobra-se delas uma pesada contribuição para manutenção do modelo neoliberal.

É o país em transe.

Nenhuma, rigorosamente nenhuma estatística, nenhum dado, nenhuma referência social teve desempenho positivo no país, nos últimos anos.

Emprego, saúde, educação, habitação popular, segurança pública, tudo indicando desempenho negativo. Da mesma forma o PIB, da mesma forma o crescimento industrial, da agropecuária, das exportações e da renda. Positivo mesmo os números da dívida pública, da dívida externa, do aumento da miséria e da exclusão.

Chegamos a tal ponto que, para termos os mesmos indicadores de 1980, por exemplo, vamos precisar de mais 15 anos, crescendo a uma taxa anual de 5%. Jamais imaginamos que um dia iríamos recorrer a números da chamada década perdida, a década de 80, para lamentar a realidade de hoje.

Este é o avanço que o neo-liberalismo trouxe ao país. Seria da parte da oposição uma irresponsabilidade imperdoável se, no dia da celebração dos 20 anos da anistia de 1979, deixássemos de trazer à reflexão o grave momento que vivemos no país hoje. Porque, ao lado de celebrar a anistia política, queremos reafirmar o nosso compromisso pela luta por outra anistia, a anistia social.

Lembrando e comemorando a restauração das liberdades democráticas, lutemos agora pelo res-

gate da imensa dívida social brasileira. Lutemos pela construção de um Brasil justo, mais igual, forte, desenvolvido, seguro e feliz.

Essa a nossa utopia. Bendita utopia pela qual vale a pena viver, resistir, morrer se preciso. Como um dia valeu a pena os riscos da luta cujos resultados hoje comemoramos”.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Concedo a palavra ao Deputado Beto Richa que representa a Bancada da maioria desta Casa.

O SR. BETO RICHÁ

Exmo. Senhor Deputado Anibal Khury, Presidente da Assembléia Legislativa; Exmo. Senhor Jaime Lerner, Governador do Estado do Paraná; demais autoridades presentes, Deputados presentes, senhoras e senhores.

(Lê):

“Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Em 28 de agosto de 1979, fechava-se uma página cruel da vida de nosso povo.

A partir de então, dezenas de brasileiros, muitos deles banidos, e outros tantos que conseguiram exilar-se, finalmente podiam regressar aos seus lares, dispersos que estavam pelos vários quadrantes do mundo.

Tornava-se assim factível a reconstituição de famílias que sofreram o impacto da separação, de cujas seqüelas algumas jamais se recuperaram.

Centenas de irmãos nossos, inteligências privilegiadas, cientistas de saber respeitado, tinham finalmente condições de retomarem as atividades das quais se viram compulsoriamente afastados, readquirindo, ao mesmo tempo, o ganha-pão honesto e, o que era mais importante, a auto-estima.

Outros, adquiriram o direito de deixar as prisões ou de se verem livres de acusações discriminatórias ou infamantes que por muito tempo nos separaram em dois grupos.

De um lado, os cassados, presos ou punidos, aos quais os donos do poder parecia haverem estigmatizado para sempre.

Do outro, o grupo dos que a repressão não atingira, - como se a honradez, o idealismo e o espírito patriótico fossem privilégio apenas dos que a mão pesada da Revolução poupava ou deixara intocados.

Com a Lei da Anistia, chegava ao fim a odiosa esquizofrenia política que perdurou por quinze anos.

Com ela, fechava-se o hiato no tempo, que tanto nos custou em vidas, provações e talentos, empobrecendo o País.

Encerrava-se assim o divórcio entre a vontade da Nação e a do Estado, dissociados desde a rup-

tura da normalidade democrática com a deposição do Presidente João Goulart, alvo de suspeitas e de acusações que jamais se confirmaram.

Foram numerosas, Senhores Deputados, vale insistir, as perdas que o Brasil sofreu, incontáveis as injustiças cometidas.

Muitas delas, quase a maioria, não passaram de vinganças torpes, perpetradas contra velhos ou novos adversários políticos, de mesquinhas, de gestos de pequenez manifestações de inveja dos que, acobertando-se sob manto protetor das Forças Armadas, trazidas ao cenário institucional num momento em que supostamente a ordem democrática corria riscos, valeram-se do regime de exceção para destilar ódios até então disfarçados.

Simples disputas locais, meras rivalidades de âmbito regional, ou desentendimentos pessoais momentâneos vieram à lume, oferecendo oportunidade para que as vinditas se concretizassem, - donde as denúncias, boa parte anônimas, que a todo instante se multiplicavam perante o Conselho de Segurança Nacional ou o Serviço Nacional de Informações.

De que outro modo explicaremos as punições de Juscelino, dos ex-Ministros Valdir Pires e Darci Ribeiro, do atual Ministro da Saúde, José Serra, dos ex-Governadores Miguel Arraes, Leonel Brizola e Wilson Martins, dos atuais Governadores de São Paulo, Mário Covas, e do Espírito Santo, José Ignácio Ferreira, e a do próprio Carlos Lacerda, que paradoxalmente fora um dos ideólogos da Revolução?

E a punição de nosso querido Presidente Anibal Khury, a do ex-Ministro Amaury Silva, ou a do ex-Deputado Walter Pecoits, paraenses exemplares, todos eles com relevante folha de serviços prestados ao nosso Estado e a esta Casa, em particular?

E o que diremos do afastamento da cátedra, do sociólogo Fernando Henrique Cardoso, anos depois eleito e reeleito Presidente da República, sob a pecha de que toda sua vasta produção intelectual visava a subverter a ordem e as instituições - acusações que, hoje, à distância, três décadas depois, nos provocam risos, muito mais do que revolta; não somente as acusações a Fernando Henrique, também a dezenas de professores universitários, tão eminentes quanto ele, os quais, uma vez no exílio, acabaram recebidos de braços abertos pelas mais renomadas universidades européias e norte-americanas?

Como explicaremos a punição do economista Celso Furtado, idealizador da SEDENE, que abriu os caminhos do desenvolvimento e do progresso do Nordeste?

E as dos jornalistas Márcio Moreira Alves, colhido em pleno exercício do mandato parlamentar, e

de Paulo Markun, que desabrochava para a profissão?

Pior: e a do atual símbolo da luta contra a miséria, Herbert de Souza, o Betinho, "o irmão do Henfil", cuja expectativa de volta, a Nação inteira cantou com Ellis Regina, nos versos clássicos de Aldir Blanc?

Será possível lembrar sem indignação que entre os punidos se achavam o futuro Procurador Geral da República, e depois Presidente do Supremo Tribunal Federal, Sepúlveda Pertence, e jurista do porte de Osni Duarte Pereira, cujo único crime foi o de confessar-se nacionalista?

Tudo era fruto de perseguição, de inveja mal disfarçada.

A que outros fatores a atribuiremos a perda dos direitos políticos do nosso Deputado Alencar Furtado, cujo memorável discurso, denunciando arbitrariedade e violências, ao chamar atenção para as viúvas e órfãos "do talvez e do quem sabe", motivou, pelas verdades que continha, a própria, cassação; - discurso que, certamente, se inscreve entre as mais belas peças da oratória parlamentar brasileira, em todos os tempos?

Debruçado sobre a lista dos punidos e a final anistiados, sem muito esforço vemos nomes dos que hoje conduzem o país, governam Estados, fazem as leis, julgam conflitos e controvérsias, ou pontificam nas cátedras, traçando rumos para o país, que lhes confiou, no plano dos Três Poderes, os rumos de seu próprio amanhã.

Não fora a lei de Anistia, e toda essa gente ainda estaria dispersa, condenada à discriminação e ao opórbio.

A capacidade de perceber que o Brasil não poderia continuar voltado para o passado, temos de reconhecer pertence ao ex-Presidente João Figueiredo, cuja mão esquerda - logo a mão esquerda de um homem que jamais se envergonhou de suas convicções de direitista - acabou assinando a nova Lei Áurea, porque os cassados, os banidos, e os compulsoriamente aposentados, do mesmo modo que os escravos de até 1888, não podiam exercer a plenitude de seus direitos civis.

Claro que a Anistia não foi obra apenas de quem a sancionou, pois se deve à ação de muitos, a milhares, na verdade à própria sociedade brasileira como um todo, que, progressivamente, se foi mobilizando.

É preciso reconhecer, no entanto, como recentemente o fez o Jornalista Elio Gaspari, que a grandeza de uma anistia ultrapassa os personagens nela envolvidos, inclusive, e principalmente, quem a concedeu.

Sem a autoridade do Presidente Figueiredo, a articulação do ex-Ministro e ex-Senador Petrônio Portella, a tessitura política do Deputado Thales

Ramalho, a Anistia não teria sido possível ou tardaria mais alguns anos.

Dela se pode dizer que também foi conquista do trabalho incansável dos Comitês pela Anistia, a exemplo do Movimento Feminino, liderado em São Paulo por Dona Terezinha de Jesus Zerbini, mulher de um ex-Ministro do Exército, punido pela repressão.

Deve-se em grande parte à ação conjunta da Igreja Católica, com Dom Paulo Evaristo à frente, e das Igrejas Protestantes, lideradas pelo Reverendo James Wrigth, e da comunidade israelita e de seu Rabino Henri Sobel, que se sobrepuseram aos credos e convicções religiosas, fraternalmente unindo-se pela causa comum.

Foi também fruto do intenso trabalho da imprensa, em especial da ABI, de Barbosa Lima Sobrinho, do "Pasquim" de Ziraldo e outros, de jornalistas do calibre de Carlos Heitor Cony, Zuenir Ventura e Alberto Dines, do mesmo modo que de gente como Ênio Silveira, a cuja editora "Civilização Brasileira", hoje de portas fechadas, o país deve longo trabalho de conscientização política, conscientização para qual muito contribuiu com sua autoridade moral inquestionável o Marechal Pery Beviláqua, ele próprio também um cassado.

Logicamente, a Lei da Anistia poderia ter sido muito mais extensa do que foi.

De seus benefícios excluíram-se os condenados pelas práticas de crimes ditos de terrorismo, assalto, seqüestro e atentado pessoal.

Que houve excessos, não se pode negar, reações muitas vezes desproporcionais que vitimaram inocentes, alguns dos quais apenas cumpriam seu dever profissional.

Mas, se os excessos foram de ambos os lados, não se pode esquecer que os principais partiram dos que, pretensamente, agindo em nome da lei, violaram-na a cada passo. Daí, as dezenas de mortos e desaparecidos, de mutilados pela violência física, e dos que embora sem aparentarem lesões físicas jamais conseguiram liberar-se de seqüelas psicológicas.

Do mesmo que as arbitrariedades e desmandos, cometidos pelos que tinham a obrigação constitucional de respeitar a lei e os direitos humanos, inclusive os acusados de prática de tortura, hoje crime hediondo e imprescritível, acabaram protegidos pela anistia, todos os que se excederam na reação que deveriam ter sido igualmente contemplados, no mesmo ato, pelo favor legal - e não foram.

Encampar a todos, sem exceção, ao invés de discriminar, seria uma forma de conferir legitimidade maior à Lei da Anistia, contribuindo para apressar o advento da nova ordem democrática a brotar mais alguns anos.

Nem por isso, o 28 de agosto de 1979 deixa de ser uma data memorável.

Sabemos que da anistia tiraram partido, e ainda hoje tiram, muitos dos que violaram a Constituição, a pretexto de defendê-la, com se as instituições efetivamente estivessem em risco em março de 1964.

Não é segredo que convivem conosco, na Administração, no Parlamento, na sociedade, enfim, vorazes inimigos da democracia, da lei e da ordem, revestidos de pele de cordeiro.

Mas, a convivência com eles, é um risco político calculado, risco inerente à democracia, da qual, repetindo Churchill, pode-se dizer que talvez seja o pior dos sistemas de governo, mas certamente o melhor até hoje inventado.

Deixemos, então, que o povo, na sua sabedoria inata, a cada eleição, mediante o voto livre, secreto, e porque não, obrigatório, vá separando aos poucos o joio do trigo, depurando e aprimorando o processo político.

Anistiemos, também nós, e de coração, no nosso íntimo, a todos eles, pelas ações e omissões que tantos males causaram a milhares de inocentes, pelo sangue que fizeram derramar, pelas injustiças cometidas, pelas ofensas morais que destruíram a auto-estima de tantos.

Afinal de contas, a anistia supõe perdão recíproco.

Foi assim que Cristo, a vítima maior da injustiça, nos ensinou a fazer.

Condenemos o pecado, mas perdoemos sinceramente os que pecaram.

Não precisamos - nem devemos - Senhor Presidente, Senhores Deputados, esquecer os tempos da violência e do arbítrio.

Façamos, porém, a nossa parte, o que nos cabe, perdando aos que machucaram, vilipendiaram milhares de irmãos nossos.

E ainda que o perdão oficial tenha demorado tanto, saudemos com entusiasmo os vinte anos da Lei de Anistia.

Obrigado."

**O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)**

Concedo a palavra ao Governador Jaime Lerner.

**O SR. JAIME LERNER**

Excelentíssimo Senhor Deputado Anibal Khury, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; Senhor José Tavares, Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania; Deputado Federal Moacir Micheletto, Representante da Câmara Federal; Excelentíssima Senhora Juíza Rosemarie Diedrichs Pimpão, Representante da Senhora Adriana Nucci Paes, Juíza Presidente do Tribunal

Regional do Trabalho; Senhor Vereador Paulo Salamuni, representando o Presidente da Câmara Municipal de Curitiba; Senhor José Carlos Gomes de Carvalho, Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná; Deputado Augustinho Zucchi, 1º Secretário da Assembléia Legislativa; Pastor Edson Praczyk, 2º Secretário da Assembléia Legislativa; Senhores Secretário de Estado e todos aqueles que nos honram com as suas presenças numa data tão importante.

**(Lê):**

"Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Anibal Khury, Srs. Deputados, Digníssimos Componentes da mesa, Srs. Secretários de Estado.

Há vinte anos, nosso país viveu um dos grandes momentos de sua história.

A volta dos que se haviam ido, a devolução dos direitos políticos a tantos outros que viviam exilados em sua própria terra, a festa democrática que se seguiu, tudo indicava um grande caminho de esperança.

A partir daquele momento, sabíamos todos que o longo período de intransigência findava inexoravelmente.

É verdade que seriam necessários ainda mais alguns anos para que se encerrasse formalmente o período de exceção, mas o advento da Anistia naquele momento se impôs também como firmação democrática de um país inteiro, que desejava retomar a liberdade como fundamento de seu destino.

O Paraná, como todos os demais Estados da Federação, viu muitos de seus filhos sofrerem toda a sorte de perseguições naqueles anos difíceis.

Lideranças políticas, estudantes, jornalistas, professores e operários, foram muitos os perseguidos, humilhados, torturados.

Entre eles estava o hoje presidente desta Casa, Deputado Anibal Khury, cuja longa prática política sempre primou pela ponderação, e cuja prisão e cassação só se explicam pela intransigência, perigosa e destrutiva, para qual sempre derivam os regimes autoritários.

Entre tantos lembrados aqui, também entre eles estava uma das maiores lideranças políticas de nosso Estado, o então Ministro do Trabalho Amauri Silva, caluniado e forçado a deixar o país para experimentar longos anos de solidão e sofrimento no exílio.

Cassado no exercício de seu mandato, o Deputado Alencar Furtado, como o Deputado Anibal e o Ministro Amauri, a quem homenageio em nome de todo o povo paranaense, muitos outros viram arrancado um pedaço de suas vidas. Muitas vezes, o melhor de suas vidas se foi naquele período amargo.

Mas houve dois deles que perderam a própria vida.

Os estudantes Antonio dos Três Reis de Oliveira e Edésio Brianezi, filhos de Apucarana, desapareceram em 1970, em São Paulo, ambos no vigor na juventude.

Não demorou para que se soubesse que foram abatidos a tiros, metralhados, sem que pudessem esboçar qualquer reação, sem que pudessem suplicar pela continuidade de suas vidas, que mal passavam dos 20 anos e que, portanto, eram vidas promissoras que jamais poderiam ter sido interrompidas em ato tão cruel.

Três Reis e Brianezi são mártires de um tempo que a Nação brasileira deseja esquecer, mas que precisam ser lembrados como símbolo de uma juventude que lutou pelos ideais libertários, que eram a expressão de um sentimento que habitava, e que habita, o coração da imensa maioria do povo brasileiro.

Ao homenagear a memória dos estudantes Três Reis e Brianezi, desejo nesta data homenagear também todos e cada um dos paranaenses que, em maior ou menor grau, lutaram pela redemocratização e por isso pagaram o alto preço da perseguição.

A todos esses, o Estado do Paraná procurou expressar o seu reconhecimento e formalizar o seu pedido de desculpas pelo erro cometido no passado. E foi o primeiro Estado da Federação a fazer este reconhecimento.

Isso se deu pela Lei do Deputado Beto Richa, a quem manifesto as minhas homenagens, e que o Governo do Estado se apressou a sancionar em 1997.

E procuramos fazer esta Lei valer plenamente, com isso fazendo do Paraná o primeiro Estado a reafirmar a Anistia alcançando 172 vítimas do regime de exceção e 52 familiares herdeiros de pessoas de alguma forma constrangidas naquele período.

Foram indenizadas pessoas detidas em prédios públicos pela polícia estadual, mesmo que não tivessem nascido ou vivido em nosso Estado, critério este que pretendeu enfatizar o caráter abrangente da lei.

Todas as audiências de julgamento dos processos de indenização foram públicas, com presença

da imprensa e da sociedade, num trabalho plenamente transparente, que marcou com emoção todos os que dele participaram, vítimas e julgadores.

Mais que a indenização pecuniária, ficou a ação simbólica.

Do Estado, que desejava reconhecer um erro do passado e dizer à sociedade que nunca mais pretende incorrer nele.

E das vítimas, que viram mais uma vez reconhecidos seu direito e sua dignidade.

Assim, tratou-se de uma ação de reconhecimento, - que é sempre fundamental no curso da História - e também de postura madura de uma sociedade capaz de encarar suas feridas com seriedade e serenidade, posto que só assim elas poderão cicatrizar e sinalizar para um tempo novo.

Sem essa determinação de coexistência com o pluralismo não há se não atender à maioria em suas necessidades básicas e em suas expectativas, posto que é da natureza da sociedade reverter tendências não desejáveis.

E essa é a essência da democracia, que há vinte anos vimos se impor inexorável em nosso país, a partir da Lei da Anistia, que, longe de ser uma concessão do regime, já era o próprio prenúncio de seu fim.

Muito obrigado."

(Discurso do Governador Jaime Lerner na A. L., na Solenidade dos 20 anos da instituição da Anistia no País) Curitiba 23.08.99.

#### O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Quero, como Presidente desta Casa e como ex-cassado, cuja honraria muito me enaltece, agradecer a todos os presentes. Ao Beto Richa que mencionou o meu nome, ao Governador Jaime Lerner e ao Deputado Caíto Quintana e dizer à todos que esta mancha negra - tenho plena convicção, - a mancha negra da ditadura nunca mais virá ao Brasil graças à sua gente, ao povo que não mais concordará com esse período de exceção.

Encerrando a sessão ouviremos o Hino do Estado do Paraná.

(O Hino é executado)

Levanta-se a sessão.